RELATÓRIO FINAL

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Anexo da Resolução nº 326/2015 - Revisado em 2019

2015-2020

Versão 1.0

CONTROLE DE VERSÃO

DATA	VERSÃO	ALTERAÇÕES
15/4/2021	V.1	

TRIBUNAL PLENO

PRESIDENTE	Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier
VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR	Desembargador Marco Villas Boas
OUVIDORA	Juíza Ana Paula Brandão Brasil
JUIZ FEDERAL	Juiz Márcio da Silveira e Silva
JURISTA	Juiz José Maria Lima
JURISTA	Juíza Ângela Issa Haonat
JUÍZES SUBSTITUTOS	Desembargadora Jacqueline Adorno Desembargador Maysa Vendramini Rosal Juiz Federal Adelmar Aires Pimenta Jurista Márcio Gonçalves Moreira Jurista Antônio Paim Broglio
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL	Dr. Higor Rezende Pessoa Dr. Álvaro Lotufo Manzano

SECRETARIA DO TRIBUNAL

DIRETOR-GERAL
Francisco Alves Cardoso Filho

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
Carlos Henrique Drumond Soares Martins

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS
Cristiane Regina Boechat Tose

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Valdenir Borges Junior

SECRETÁRIA JUDICIÁRIA E DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO
Regina Bezerra dos Reis

COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA
Jacinta Brito Tavares

COORDENADOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO DA CORREGEDORIA
José Machado dos Santos

Equipe responsável pelo relatório

Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier
Presidente do TRE-TO

Comitê Gestor do Planejamento Estratégico e Governança de TIC

Francisco Alves Cardoso Filho	Diretor-Geral e Coordenador do COGETIC
Cristiane Regina Boechat Tose	Secretária de Gestão de Pessoas - SGP
Carlos Henrique Drumond Soares Martins	Secretário de Administração e Orçamento - SADOR
Regina Bezerra Reis	Secretária Judiciária e de Gestão da Informação - SJI
Valdenir Borges Júnior	Secretário de Tecnologia da Informação - STI
Renato Alves Gomes	Assessor II da Presidência
José Machado dos Santos	Coordenador Corregedoria – CRE
Jacinta Brito Tavares	Coordenadora de Controle Interno e Auditoria - CCIA
José Eudacy Feijó de Paiva	Assessora de Pesquisa, Estratégia e Gestão da Qualidade - ASPEQ
Sílvia Helena Dias dos Santos	Assessor de Planejamento e Gestão da Diretoria-Geral - ASPLAN/DG

Elaboração e Diagramação do Documento

Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral
Sílvia Helena Dias dos Santos
Renata de Sena Vieira
Valdirene Borges dos Santos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

HISTÓRICO PLANO ESTRATÉGICO 8

DIRETRIZ ORGANIZACIONAL ESTRATÉGICA 11

MAPA ESTRATÉGICO DO TRE-TO 12

RESULTADOS GERAIS 14

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS 17

CONSIDERAÇÕES FINAIS 49

APRESENTAÇÃO

Em 28 de maio de 2015 foi aprovada a Resolução n. 326 do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins estabelecendo o Planejamento Estratégico institucional para o período de 2015 a 2020.

Nestes 6 anos o órgão passou por 3 gestões: a 2015-2017, a 2017-2019 e a 2019-2021.

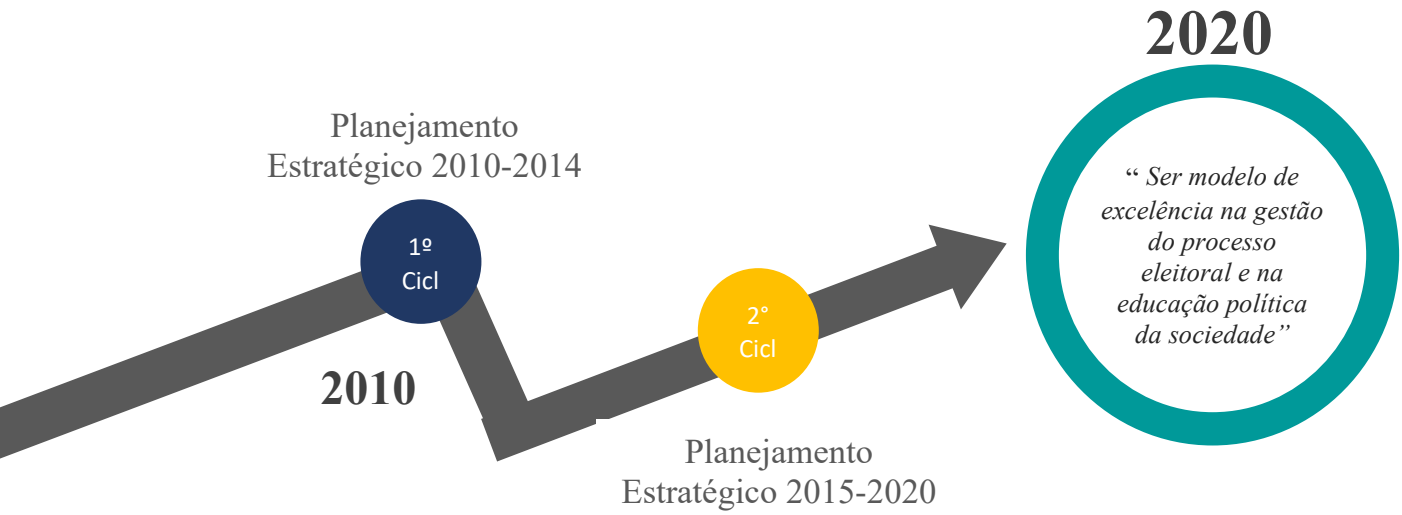
Hoje, esta gestão tem a honra de apresentar este relatório como uma prestação de contas de tudo que foi feito por essas 3 gestões que trabalharam totalmente alinhadas as diretrizes estabelecidas neste plano estratégico, focando sempre em priorizar projetos estratégicos que contribuíssem para o atingimento dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas nos indicadores de desempenho. Tudo isso será demonstrado ao longo deste relatório.

A única observação que colocamos é que a gestão 2019-2021 finalizará em junho de 2021, logo irão observar que alguns projetos desta gestão ainda estão em execução e por isso ainda estão inacabados.

É com orgulho que apresentamos os resultados alcançados com o Planejamento Estratégico 2015-2020.

HISTÓRICO PLANO ESTRATÉGICO

no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins



1° CICLO / 2010-2014

Em busca da melhor qualidade dos serviços prestados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TRE-TO, foi instituído em 2009, através da Resolução n. 199/2009, o primeiro ciclo do planejamento estratégico, referente ao período de 2010-2014. Esse planejamento foi desenvolvido de acordo com as premissas descritas na Resolução n. 70 do Conselho Nacional de Justiça. Nesse ciclo a metodologia utilizada foi baseada no Balanced Scorecard (BSC), ferramenta de medição e gestão de desempenho na qual a organização tem claramente definidos os seus objetivos, indicadores de desempenho, metas e estratégias para cumprir a sua missão e realizar a sua visão de futuro.

Uma das características do planejamento é o seu dinamismo, e em 2012 o planejamento estratégico foi revisado para o período de 2013-2014, consolidado pela Resolução n. 287/2013.

2° CICLO / 2015-2020

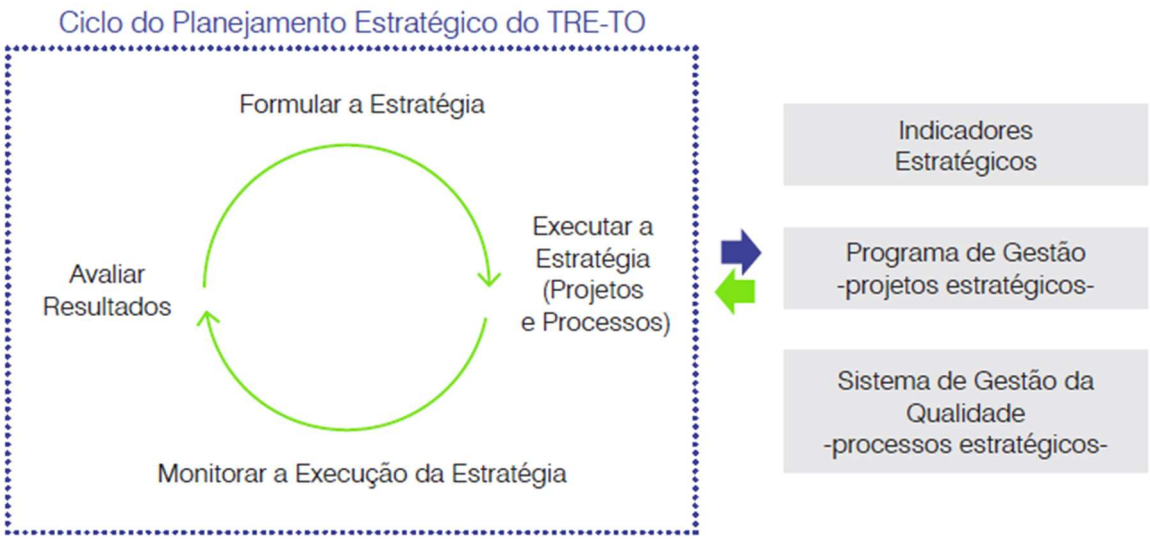
O processo de elaboração do planejamento estratégico da Justiça Eleitoral do Tocantins para o período de 2015-2020 ocorreu dentro do contexto de revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, nos termos previsto pela Resolução n. 198, de 1º de junho de 2014. A formulação da nova estratégia do Judiciário utilizou-se da metodologia do Balanced Scorecard (BSC) combinada com a análise de cenários prospectivos.

Esse processo teve início em março de 2013 e foi coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o qual propôs a todos os órgãos do Judiciário, à época, que fossem elaboradas as diretrizes gerais de revisão do planejamento estratégico do Poder Judiciário e que se adotasse um modelo descentralizado de discussão, acompanhamento e avaliação da gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro.

Substanciada pela Resolução n. 23.371/2011 do Tribunal Superior Eleitoral e as recomendações do Controle do Controle Interno, a Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria Geral elaborou estudo para elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2020 o qual foi aprovado pela Resolução n. 326/2015. Esta resolução aprovou ainda o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.

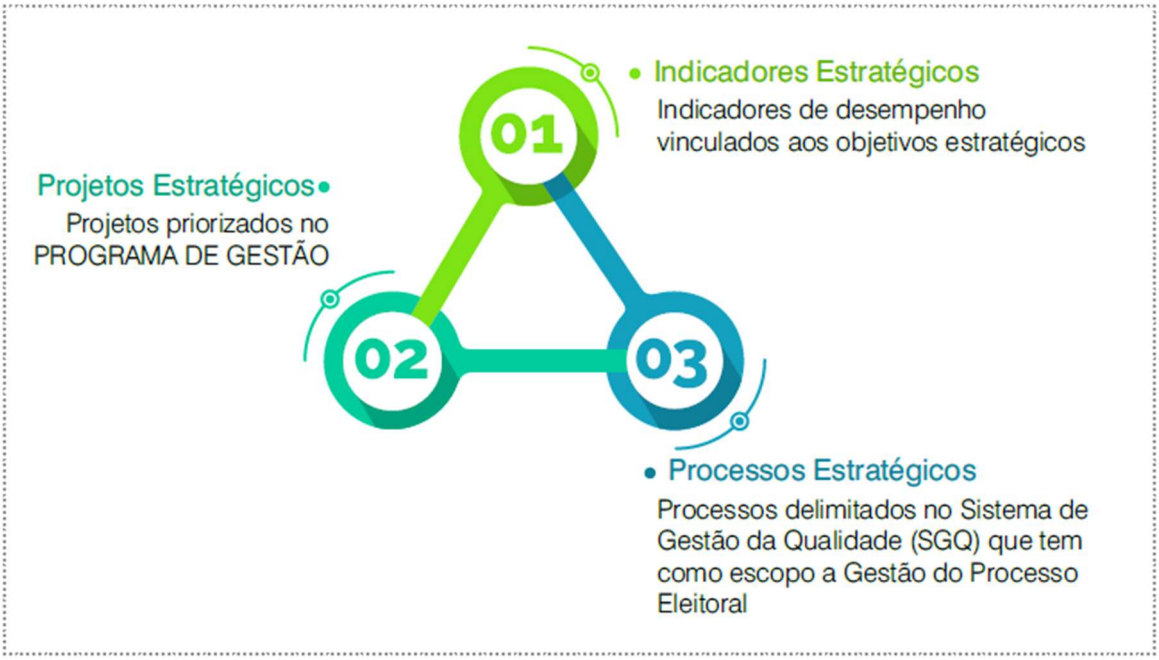
O plano estratégico não é algo estático, deve ser dinâmico. Nestes 6 anos ele passou por 13 atualizações demonstrando que constantemente ele era analisado e monitorado gerando correções nos desvios percebidos.

De acordo com a metodologia do ciclo PDCA, segue o ciclo do Planejamento Estratégico no TRE-TO:



EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

Para o atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico, no TRE-TO são monitorados:



O monitoramento dos resultados foi feito nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's) pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação (COGETIC). Ao comitê coube analisar os resultados alcançados e tomar decisões corretivas para que os objetivos estratégicos sejam alcançados.

As atas das RAE's podem ser acessadas no Portal da Transparência do TRE-TO , página Deliberações de Núcleos, Comitês e Comissões.

DIRETRIZ ORGANIZACIONAL ESTRATÉGICA

A diretriz organizacional do TRE-TO é formada pela missão, visão, valores e objetivos estratégicos.

A **MISSÃO** de uma instituição consiste na sua razão de ser e determina a sua identidade, a **VISÃO** expressa onde e como ela pretende estar no futuro, os **VALORES** são os princípios que guiam a vida da organização e os **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** são os resultados que ela busca atingir.

MISSÃO:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

VISÃO:

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade

VALORES:

- **Ética -** Preza a observância dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e legalidade;
- **Transparência -** Destaca-se pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso;
- **Imparcialidade** -Prima por julgamento reto e justo;
- **Celeridade** - exige empenho, rapidez e qualidade;
- **Acessibilidade** - facilita, em todas as suas formas, o acesso do cidadão à Justiça Eleitoral;
- **Sustentabilidade** - capacidade de o ser humano interagir com o mundo, de modo a não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

MAPA ESTRATÉGICO DO TRE-TO

2015 — MAPA ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA ELEITORAL DO TOCANTINS — 2020

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral

VISÃO DE FUTURO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

SOCIEDADE

- Garantia dos direitos de cidadania

PROCESSOS INTERNOS

- Combate à corrupção e à improbidade administrativa
- Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional
- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

RECURSOS

- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
- Fortalecimento da governança
- Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

VALORES

- **Ética**
  preza a observância dos princípios constitucionais da moralidade, impessoalidade e legalidade;
- **Transparência**
  destaca-se pela prática de ações com ampla publicidade e fácil acesso;
- **Imparcialidade**
  prima por julgamento reto e justo;
- **Celeridade**
  exige empenho, rapidez e qualidade;
- **Acessibilidade**
  facilita, em todas as suas formas, o acesso do cidadão à Justiça Eleitoral;
- **Sustentabilidade**
  capacidade de o ser humano interagir com o mundo, de modo a não comprometer os recursos naturais das gerações futuras.

MAPA DE INDICADORES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE-TO

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral

2015 — **VISÃO DE FUTURO** — **2020**

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral e na educação política da sociedade

Sociedade

1. Garantia dos direitos de cidadania

1.1 Índice de satisfação dos clientes externos
1.2 Índice de municípios atendidos pela Justiça Itinerante
1.3 Alcance das ações de responsabilidade social

Processos Internos

2. Combate à corrupção e à improbidade administrativa

2.1 Índice de julgamento de ilícitos eleitorais que importem em perda de mandato, cassação do registro ou do diploma
2.2 Taxa de análise das prestaçãções de contas eleitorais

3. Celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional

3.1 Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos (META 1 CNJ)
3.2 Índice de julgamento dos processos antigos (META 2 - CNJ)
3.3 Taxa de congestionamento processual
3.4 Tempo de tramitação de processos de aquisição de bens e serviços

4. Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

4.1 Índice de cumprimento das metas do SGQ
4.2 Índice de transparência pública

Recursos

5. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

5.1 Índice de cumprimento das metas do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPE)

6. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

6.1 Custo por eleitor
6.2 Índice de execução do plano de contratações

7. Fortalecimento da governança

7.1 Índice de cumprimento das metas do PETRE
7.2 Índice de Governança pública (i-govpub)
7.3 Índice de execução do Projeto Eleições 2020
7.4 Índice de maturidade em gestão de riscos
7.5 Índice de cumprimento das recomendações expedidas pela CCIA
7.6 Índice de execução do PLS

8. Aperfeiçoamento da governança de tic

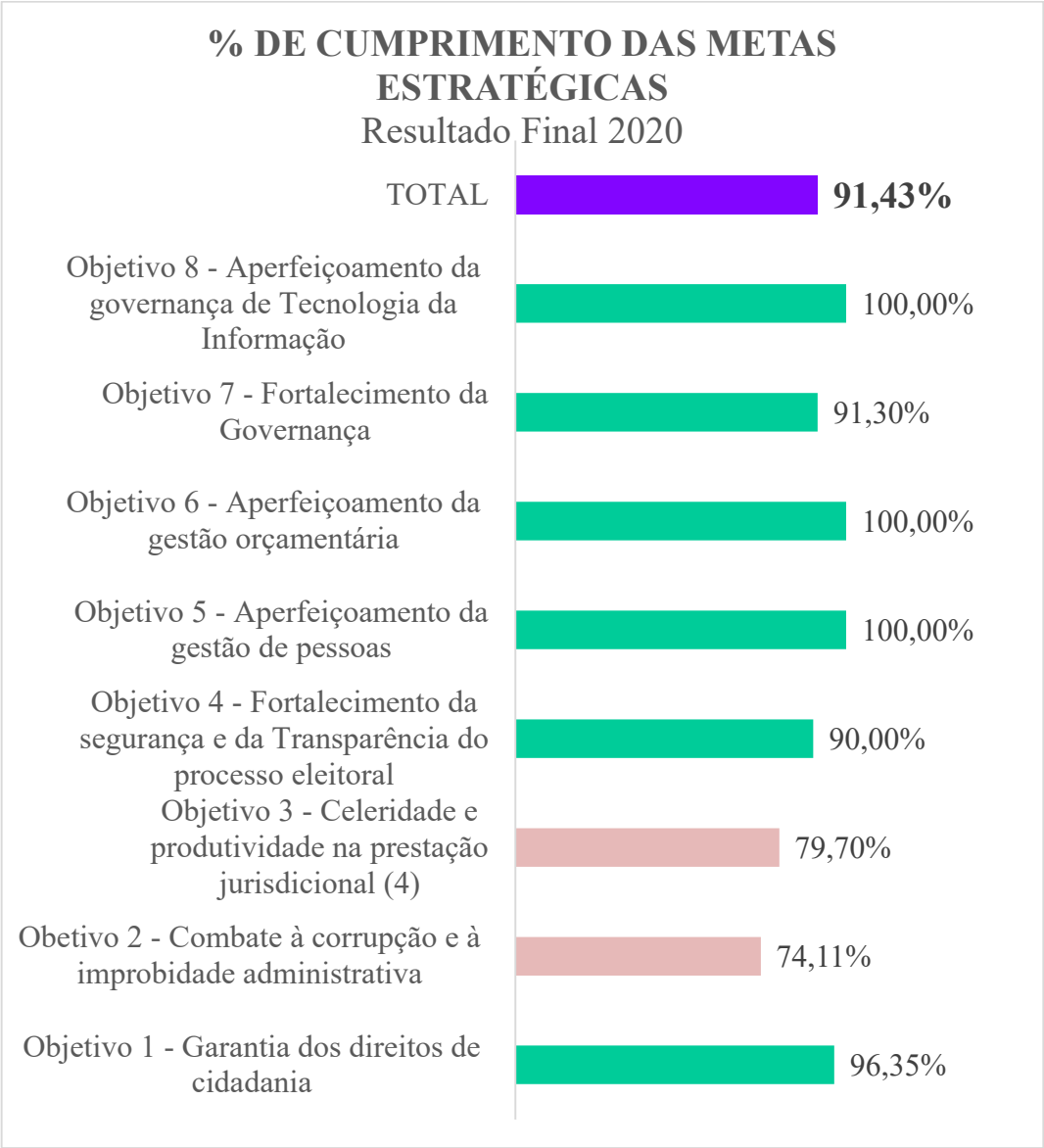
8.1 Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC)

RESULTADOS GERAIS

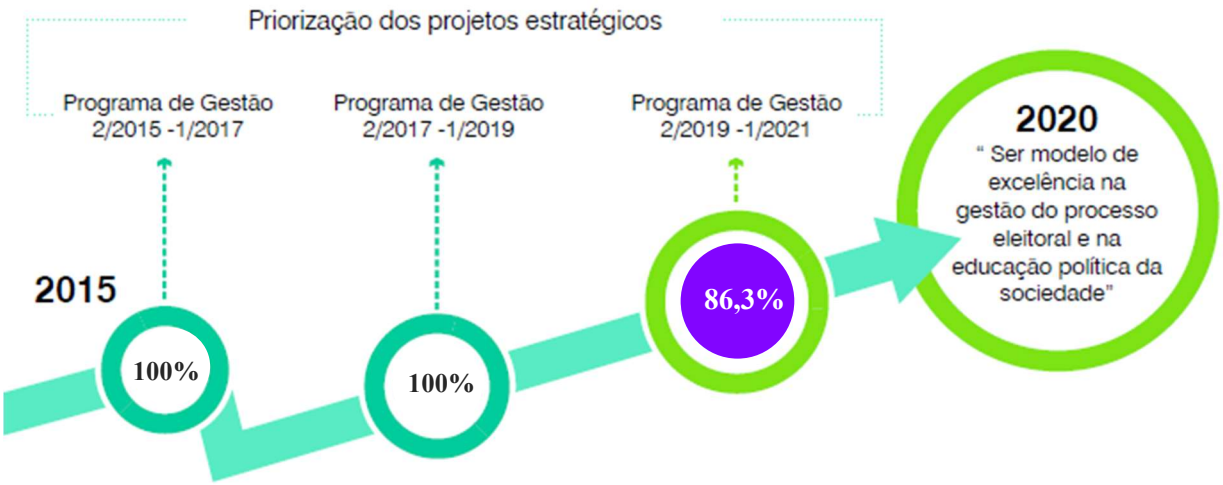
Os resultados serão apresentados por objetivo estratégico sob a ótica de 2 variantes:

METAS ESTABELECIDAS PARA OS INDICADORES ESTRATÉGICOS
- ANUAIS -

EXECUÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS
- PROGRAMAS DE GESTÃO – BIANUAL

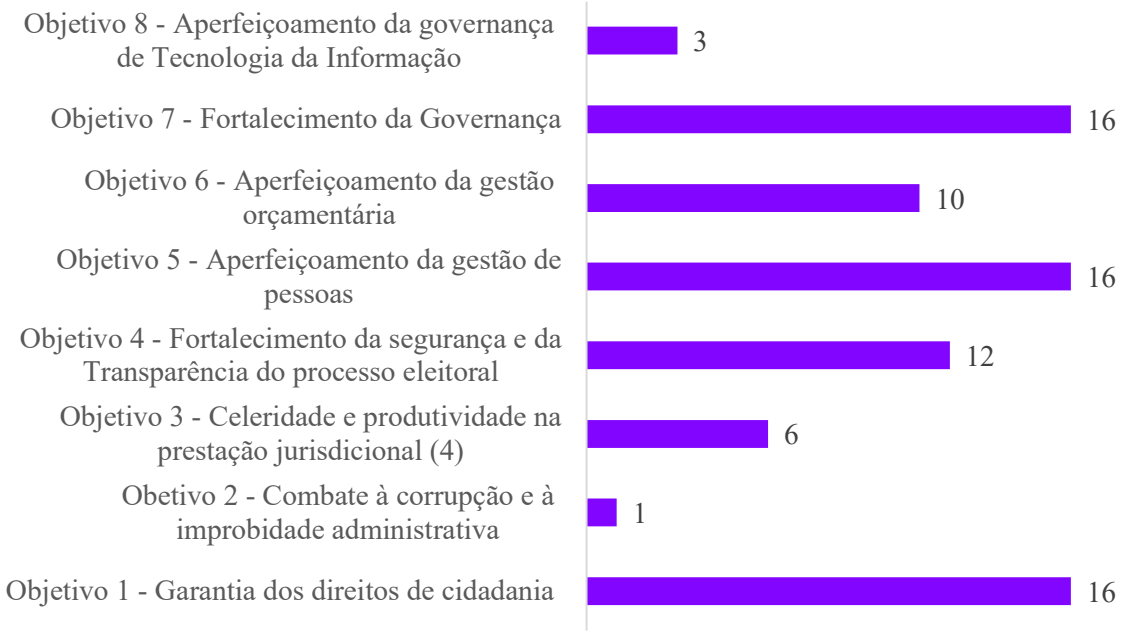


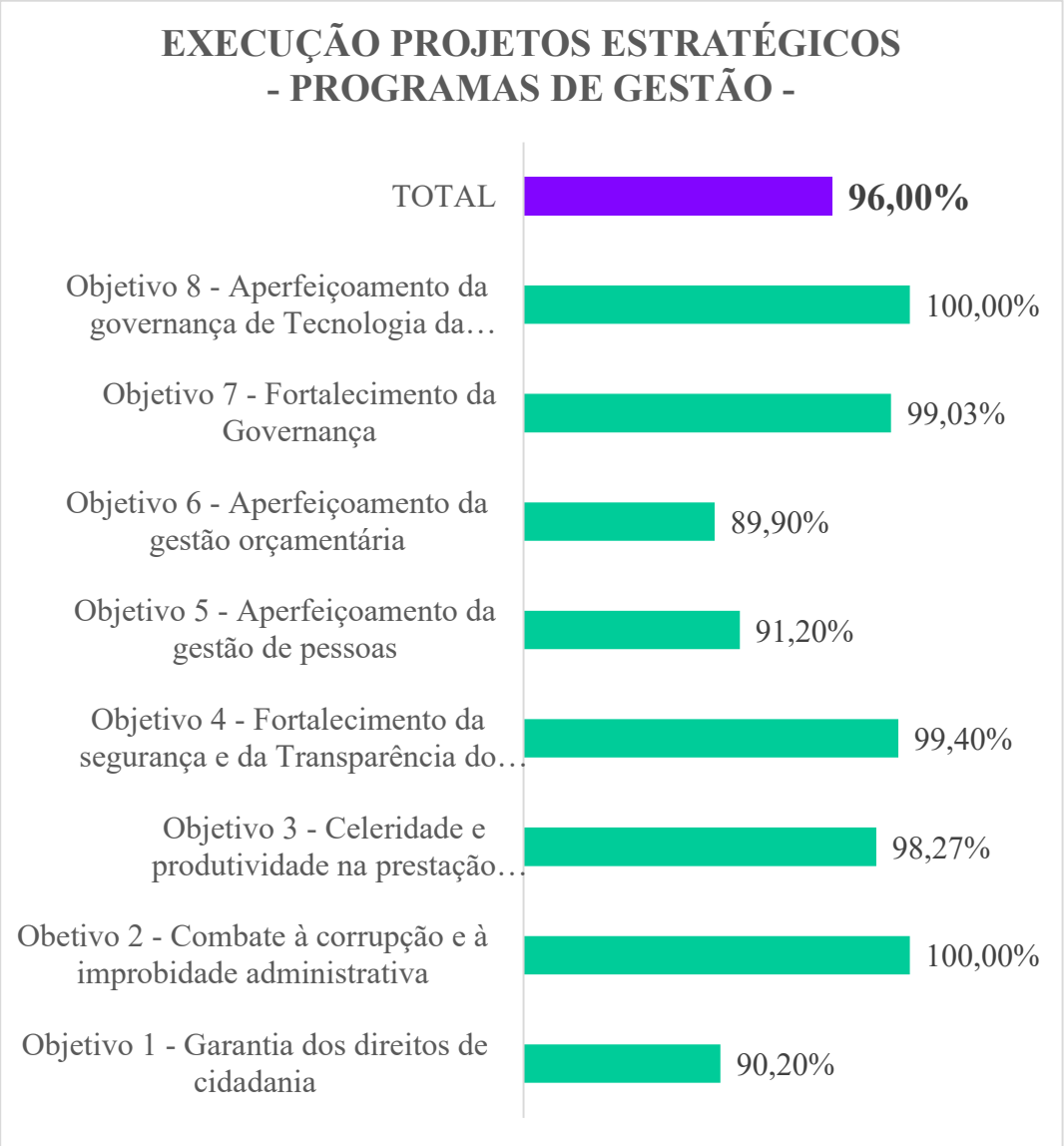
EXECUÇÃO PROJETOS ESTRATÉGICOS / PROGRAMAS DE GESTÃO -



Obs: O Programa de Gestão 2/2019/2/2021 tem prazo para execução dos projetos até junho de 2021. Como esse relatório foi fechado em 12/2020, ainda não temos o resultado final deste biênio.

80 PROJETOS EXECUTADOS




EXECUÇÃO PROJETOS ESTRATÉGICOS
- PROGRAMAS DE GESTÃO -
TOTAL
96,00%
Objetivo 8 - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da…
100,00%
Objetivo 7 - Fortalecimento da Governança
99,03%
Objetivo 6 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária
89,90%
Objetivo 5 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas
91,20%
Objetivo 4 - Fortalecimento da segurança e da Transparência do…
99,40%
Objetivo 3 - Celeridade e produtividade na prestação…
98,27%
Obetivo 2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa
100,00%
Objetivo 1 - Garantia dos direitos de cidadania
90,20%

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

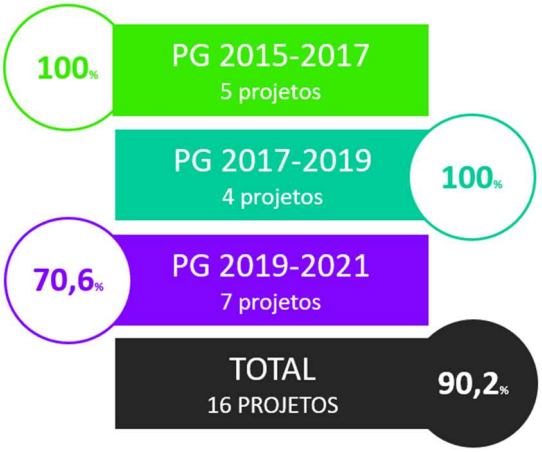
GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

SOCIEDADE

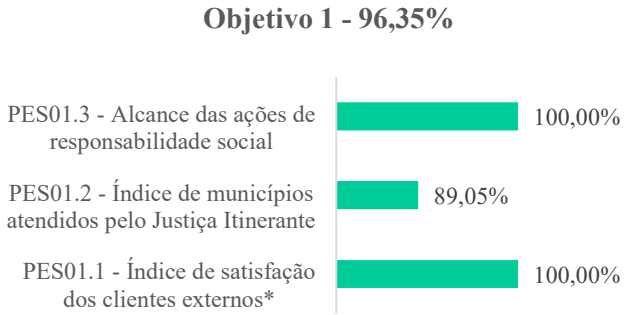
Descrição do Objetivo

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas socioambientais sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Implantar Projeto Social voltado à conscientização política.	1. Projeto: Audiências Públicas 2. Projeto: Jornada Eleitoral	Comissão	100%
Mapear, desenvolver e disponibilizar funcionalidades para apoio ao cidadão.	1. Iniciar o Sistema Dados Abertos 2. SMS de consulta local de votação	STI	100%
Integração Universidade e Justiça Eleitoral	Despertar nos estudantes de direito o interesse pelo direito eleitoral, promovendo encontros com os coordenadores e alunos do curso de direito das universidades para que os mesmos façam visitas ao tribunal e participem de sessões plenárias.	SGP	100%
Projeto reforma dos cartórios eleitorais	Foram reformados os Cartórios Eleitorais de Arapoema, Pedro Afonso e Wanderlândia	SADOR	100%
Projeto reforma do prédio do TRE-TO	Viabilizar a reforma do atual prédio sede do TRE-TO visando eliminar patologias da edificação.	SADOR	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Reformar os Cartórios Eleitorais de Alvorada, Arraias e Colmeia.	Proporcionar instalações adequadas aos servidores e usuários da Justiça Eleitoral (adequar os prédios às normas de acessibilidade, mantê-los em boas condições de uso e eliminar patologias da edificação).	SADOR	100%
Fomentar a acessibilidade dos Locais de Votação	Sensibilizar os gestores municipais, estaduais e federais para fazer as adequações pertinentes a acessibilidade nos termos da Lei 7.853/1989, Decreto 3.298/1999, Lei 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004.	Zonas Eleitorais	100%
Promover a inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas	Construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas. A inclusão sociopolítica dos povos indígenas pressupõe dialogo e conhecimento dos obstáculos que prejudicam o exercício pleno da cidadania.	DG e COEDE	100%
Implantar Projeto Social voltado à conscientização política.	Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.	Zonas Eleitorais e Escola Judiciária	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
+ Mulher + Democracia	Despertar a consciência e a importância da participação efetiva da mulher no processo democrático.	EJE	68,27%
Agentes da Democracia - Formação de Eleitores e Políticos do Futuro	Levar educação política e inclusão sociopolítica à sociedade, por meio de programa permanente do TRE-TO.	EJE	58,84%
Promover a inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas	Construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas no Estado do Tocantins.	DG e COEDE	47,64%
Atendimento on-line ao Eleitor Cidadão	Implementar tecnologia de atendimento ao eleitor, por	STI	91,24%

	meio de um portal de serviços digitais na internet.		
Programa TRE Itinerante	Fornecer atendimento itinerante de emissão e regularização do título eleitoral.	STI	100%
Reformas dos Cartórios Eleitorais de Araguaína, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Miranorte, Paraíso e Taguatinga	Proporcionar instalações adequadas aos servidores e usuários da Justiça Eleitoral, obededendo-se padrões de acessibilidade.	SADOR	100%
Obra de ampliação do Edifício Sede / TRE-TO	Promover à ampliação do edifício-sede da Secretaria e excluir a obra de construção da nova Sede do Tribunal. O objetivo é concluir a 1ª etapa da obra nesta gestão.	SADOR	28,02%

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 1.1: Índice de satisfação dos clientes externos

O que mede	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral nos pontos de atendimento ao público (Secretarias Judiciárias, Protocolos, Cartórios Eleitorais e postos descentralizados de atendimento).					
Pra que medir	Avaliar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral quanto ao atendimento recebido.					
Quem mede	ORE					
Quando medir	Quadrimestralmente					
Fonte	Pesquisa de Satisfação nos Cartórios e SJI					
Como medir	Somatório das respostas “ótimo” e “bom” da Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo, dividido pela quantidade de respostas associadas às variáveis analisadas, multiplicado por 100.					
Linha de Base	2014 - 94,27 %					
Meta	Atingir, anualmente, a 90% o grau de satisfação com os serviços prestados pelo TRE-TO, até 2020.					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Resultado	96,6%	92,4%	94%	94,9%	95,5%	94,9%

INDICADOR 1.2: Índice de municípios atendidos pelo Justiça Itinerante

O que mede	O percentual dos municípios do estado do TO que não são sede de Cartório Eleitoral ou Posto de Atendimento Permanente que recebeu o Justiça Itinerante pelo menos uma vez no ciclo eleitoral (ou seja, num período de 2 anos).		
Pra que medir	Avaliar o percentual de municípios que não são sede de Cartório Eleitoral ou Posto de Atendimento Permanente atendidos pela Justiça Eleitoral.		
Quem mede	STI		
Quando medir	Quadrimestralmente (exceto no segundo semestre de anos eleitorais)		
Fonte	No relatório do Justiça Itinerante		
Como medir	Quantitativo de municípios que não são sede de Cartório Eleitoral ou Posto de Atendimento Permanente atendidos dividido pelo total de municípios que não são sede de Cartório Eleitoral ou Posto de Atendimento Permanente, multiplicado por 100. Obs: mensurar num ciclo eleitoral, ou seja, 1 visita do Justiça Itinerante a cada 2 anos.		
Linha de Base 2014	2013-2014 - 53,96 %		
Meta	Atingir 80% dos municípios do Estado, até 2020.		
Distribuição da Meta	2015-2016	2017-2018	2019-2020
	60%	70%	95%
Resultado	61%	90,64%	84,6%

INDICADOR 1.3:	**Alcance das ações de responsabilidade social**					
O que mede	Número de pessoas beneficiadas com ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.					
Pra que medir	Para avaliar o alcance das ações sociais do TRE/TO.					
Quem mede	EJE					
Quando medir	Semestral					
Fonte	Relatório de ações sociais desenvolvidas.					
Como medir	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. 1. Agentes da democracia (Formação de eleitores e políticos do futuro) 2. Inclusão sociopolítica dos povos indígenas 3. +Mulher + Democracia 4. Projeto "Conhecendo a Justiça Eleitoral" 5. Palestras voltadas à educação política, segurança do processo eleitoral					
Linha de Base	(*) ND					
Meta	Alcançar, no mínimo, 1.000 pessoas beneficiadas com os projetos sociais em ano não eleitoral, e 2.000 pessoas em ano eleitoral.					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	(**) 0	2.000	1.000	2.000	3.000	3.000
Resultado	-	2.200	2.118	25.281	7.213	8.296

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2

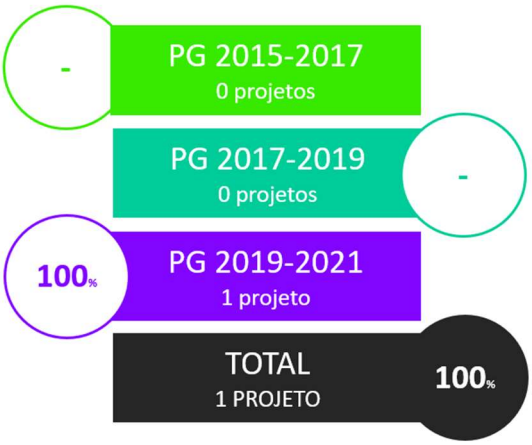
COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

PROCESSOS INTERNOS

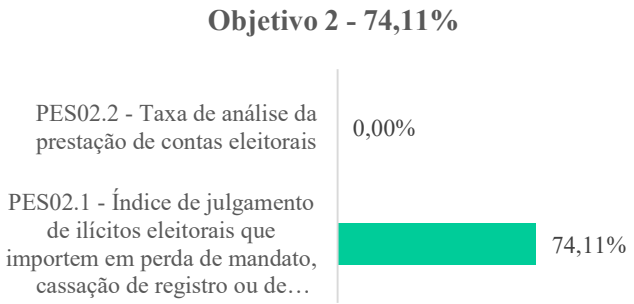
Descrição do Objetivo

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem dos reflexos eleitorais decorrentes do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Não houve ações

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Não estão previstas ações

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Núcleo de apoio processual ao 1° Grau	Promover a otimização da força de trabalho para análise processual com ênfase nos processos oriundos de ilícitos eleitorais, que possam importar	CRE E SJI	100%

na perda de mandato eletivo,
cassação de registro ou
cassação de diploma.

Indicadores Relacionados ao Objetivo

*A Matriz dos Indicadores está no Planejamento Estratégico

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 2.1:	**Índice de julgamento de ilícitos eleitorais que importem em perda de mandato, cassação de registro ou de diploma**	
O que mede	Mede a quantidade de processos eleitorais julgados, oriundos de ilícitos eleitorais, que possam importar na perda de mandato eletivo, cassação de registro ou cassação de diploma.	
Para que medir	Garantir efetividade na prestação jurisdicional, de forma a coibir a participação no processo eleitoral de pessoas indignas para o exercício de mandatos eletivos	
Quem mede	CRE e SJI	
Quando medir	Mensalmente, 10º dia do mês	
Fonte	SADP, PJE, PORTCRE	
Como medir	Quantidade de processos julgados do ano vigente, dividido pela quantidade de processos pendentes no ano anterior, multiplicado por 100. Deve-se considerar apenas os processos relativos	
Linha de Base	-	
Meta	Julgar 90% dos processos pendentes do ano anterior.	
Meta	2019	2020
	90%	90%
Resultado	74,07%	66,7%

INDICADOR 2.2:	**TAXA DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS**
O que mede	A Taxa de Análise da Prestação de Contas Eleitorais é um coeficiente que reflete o número de apreciações conclusivas de processos de prestação de contas eleitorais autuados no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – TER-TO, em eleições ordinárias.
Para que medir	Garantir que todos os processos de prestação de contas de candidatos eleitos, não eleitos e partidos políticos estejam com pareceres técnicos conclusivos emitidos antes dos prazos finais de julgamento fixados no Calendário Eleitoral.
Quem mede	CCIA/SECEP
Quando medir	Mensalmente
Fonte	Processo Judicial Eletrônico (PJE) e Planilha de controle de processos de prestação de contas de campanha.
Como medir	Quantidade de processos analisados dentro do prazo legal, dividido pela quantidade, multiplicado por 100. ((PCPA + PCNPA + PCPPA) / (PCPI + PCNPI + PCPPI)) *100 PCPA – Prestações de Contas Prioritárias Analisadas PCNPA – Prestações de Contas Não Prioritárias Analisadas

	PCPPA – Prestações de Contas de Partido Político Analisadas PCPI – Prestações de Contas Prioritárias que Ingressaram PCNPI – Prestações de Contas Não Prioritárias que Ingressaram PCPPI – Prestações de Contas de Partido Político que Ingressaram	
Linha de Base	-	
Meta	Analisar 100% das prestações de contas eleitorais dentro do prazo legal.	
Distribuição da Meta	2019	2020
	100%	100%
Resultado	100%	100%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3

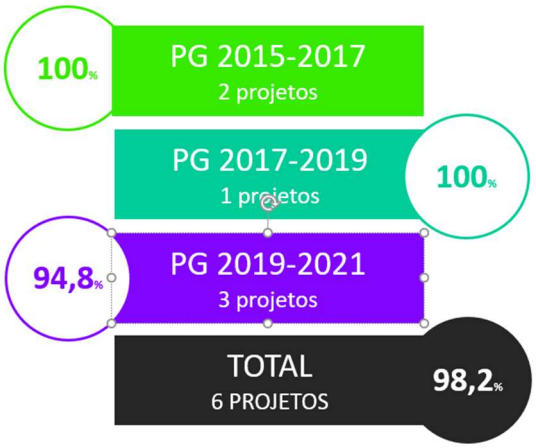
CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO ADMINISTRATIVA E JURISDICIONAL

PROCESSOS INTERNOS

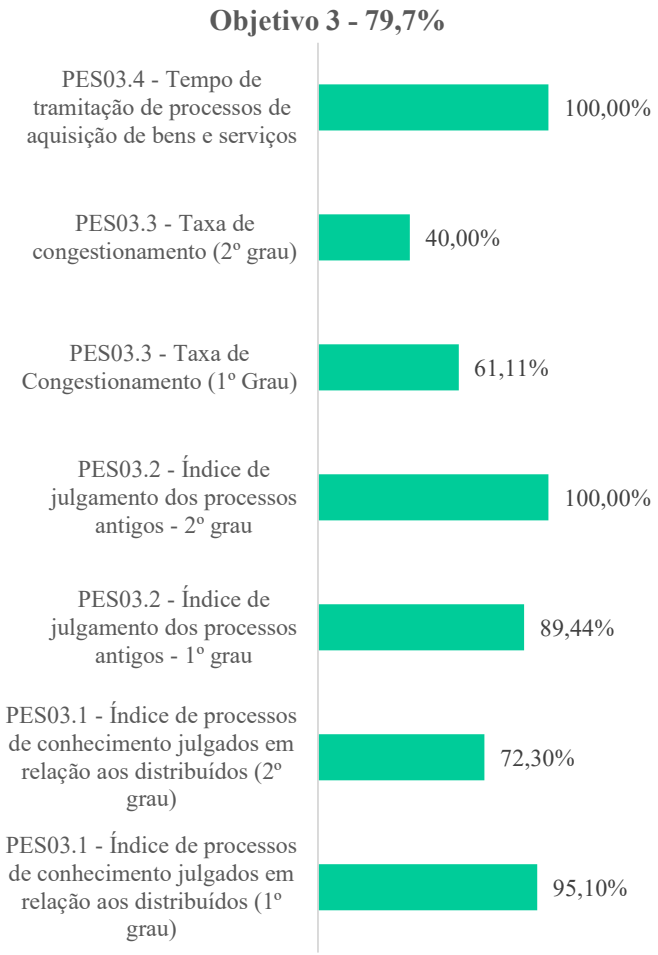
Descrição do Objetivo

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação administrativa e jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos administrativos e judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Fortalecer o sistema de divulgação da jurisprudência	- Diminuir número de recursos - Proporcionar uniformização e coerência dos julgados - Fornecer fonte segura de consulta aos Operadores do Direito - Proporcionar segurança jurídica e celeridade processual	SJI	100%

Iniciar a implantação do processo eletrônico (PJE TRE-TO)	- Buscar maior celeridade no andamento e julgamento dos processos judiciais.	SJI / STI	100%
Implantação do Sistema de Controle de Sanções	- Regulamentar o registro e a cobrança administrativa de multas eleitorais. - Controlar o registro e a execução das multas de forma mais eficiente e segura.	SJI	CANCELADO

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Ampliar a utilização do processo eletrônico na Justiça Eleitoral do Tocantins.	Buscar maior celeridade no andamento e julgamento dos processos judiciais.	SJI	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Implantação do PJe nas Zonas Eleitorais	Propiciar maior racionalidade pela adoção de uma única plataforma para o processo judicial eletrônico no 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.	CRE/STI	100%
Gestão de recursos para Eleições (Melhorias no Sistema SGIE - Módulo Recursos)	Implementar melhorias no Sistema SGIE – Módulo Recursos, com vistas a integrar as informações pertinentes aos materiais utilizados no processo eleitoral.	SADOR/STI	100%
Teletrabalho no TRE/TO (Implantação do teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins)	Promover a celeridade na tramitação dos processos, além de permitir que servidores da secretaria e de zonas eleitorais prestem apoio remoto na análise processual.	SGP	84,31%

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 3.1:	**Índice de processos de conhecimento julgados em relação aos distribuídos (META 1 CNJ)**
O que mede	Mede a quantidade de julgamentos de processo de conhecimento em relação à quantidade de processos distribuídos no ano corrente.
Pra que medir	Para verificar se o número de julgamentos dos processos de conhecimento é maior do que os distribuídos. Esse indicador é acompanhado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Quem mede	1° Grau – CRE 2° Grau – ASPLAN/SJI						
Quando medir	Mensalmente						
Fonte	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.						
Como medir	Seguir a fórmula da META 1 do Glossário de Metas Nacionais fornecido pelo CNJ.						
Linha de Base	2014 ● 2º grau: 81,79% ● 1º e 2º graus: 103,90%						
Meta	Atingir a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça. **Observação:** Meta 1 CNJ em 2015: 100%.						
Distribuição da Meta		2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1° Grau	100%	100%	100%	100%	100%	100%
	2° Grau	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Resultado	1° Grau	58,36%	101,35%	140,85%	100,39%	98,3%	96,76%
	2° Grau	81,25%	91,59%	93,58%	100,82%	109,23%	79,44%
	Tribunal	61,96%	101,02%	139,39%	100,54%	107,8%	96,09%

INDICADOR 3.2: Índice de julgamento dos processos antigos (META 2 - CNJ)

O que mede	Percentual dos processos antigos do acervo baixados até o final do exercício						
Pra que medir	Avaliar a capacidade de julgamento dos processos antigos do acervo do órgão.						
Quem mede	1° Grau – CRE 2° Grau – ASPLAN/SJI						
Quando medir	Mensal						
Fonte	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.						
Como medir	Seguir a fórmula da META 2 do Glossário de Metas Nacionais fornecido pelo CNJ.						
Linha de Base	**2014** **Percentual de julgamento – 2º grau:** 100% **1º e 2º graus:** 95,45% **Percentual de cumprimento – 2º grau:** 111,11% **1º e 2º graus:** 106,5%						
Meta	Atingir a meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça. Meta 2 CNJ em 2015: 90%.						
Distribuição da Meta		2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1° Grau	90%	90%	90%	90%	90%	90%
	2° Grau	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Resultado	1° Grau	98,77%	90,31%	92,20%	109,25%	107,53%	64,52%
	2° Grau	99,2%	98,33%	102,44 %	100,94%	83,99%	90,06%
	Tribunal	98,78%	95,13%	91,96%	109,93%	103,69%	83,14%

INDICADOR 3.3: Taxa de congestionamento

O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento ao final do período anterior ao período base.
Pra que medir	Avaliar a capacidade da Justiça Eleitoral em atender à demanda de processos judiciais que ingressam no órgão.
Quem mede	1° Grau – CRE 2° Grau – ASPLAN/SJI
Quando medir	Quadrimestral
Fonte	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP.
Como medir	Subtrair de um (01) a Quantidade de Processos Baixados (PB) no mês de referência, dividido pela soma da Quantidade de Processos Pendentes (PP) no inicio do ano e dos Casos Novos (CN) no mês de referência. **Fórmula: 1 – (PB / (PP + CN))** **Observações:** **Consideram-se baixados:** * Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; * Processos remetidos para instância superior; * Processos arquivados definitivamente; * Processos suspensos/sobrestados; e * Processos apensados, desde que não continuem tramitando. - Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos; - Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista; - Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado; - Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais; - Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração); Devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

1° GRAU	**2º GRAU**
Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; Apuração de Eleição; Embargos à Execução; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança; Petição de natureza judicial; Prestação de Contas; Registro de Candidaturas; e Representação	Ação cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal Eleitoral; Ação Rescisória; Apuração de Eleição; Conflito de Competência; Embargos à Execução; Exceções; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança; Pedido de Desaforamento; Petição; Prestação de Contas; Reclamação; Recurso contra Expedição de Diploma; Recurso Eleitoral; Recurso Criminal; Recurso em Habeas Corpus; Recurso em Habeas Data;

					Recurso em Mandado de Injunção; Recurso em Mandado de Segurança; Registro de Candidatura; Representação; Revisão Criminal; e Suspensão de Segurança/Liminar.		
Linha de Base	1º Grau - Ano não eleitoral 2013: taxa de congestionamento de 8,17% 1º Grau - Ano eleitoral 2014: taxa de congestionamento de 29,81. 2º Grau – Ano eleitoral 2014: Taxa de congestionamento de 43,2%.						
Meta	Definida anualmente.						
Distribuição da Meta		2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1° Grau	68%	34%	28%	29%	29%	33%
	2° Grau	20%	30%	20%	30%	20%	30%
Resultado	1° Grau	50%	36,3%	12,30%	43%	17%	54%
	2° Grau	21%	58,4%	46,52%	36%	87,90%	75%

INDICADOR 3.4:	**Tempo de tramitação de processos de aquisição de bens e serviços.**
O que mede	Os processos de aquisição de bens e serviços finalizados no tempo padrão, considerado o tempo decorrido entre a protocolização do Termo de Referência/Projeto Básico e sua homologação.
Pra que medir	Garantir o tempo razoável de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.
Quem mede	SELIC/SADOR
Quando medir	Semestral
Fonte	SEI
Como medir	Quantidade de processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, dividido pela quantidade de processos finalizados, no período base, multiplicado por 100. P.S Por processo finalizado entende-se o que foi devidamente homologada ou ratificada a dispensa/inexigibilidade. **Observações:** Para prazo padrão, considerar: * 120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnicas ou técnica e preço; * 105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço; * 60 dias úteis para demais tomadas de preço; * 60 dias úteis para convite e pregão; e * 15 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade. No decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: * 20 dias úteis para concorrência e concurso; * 15 dias úteis para tomada de preço; * 10 dias úteis para carta convite e pregão; e * 05 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.
Linha de Base	2014: 56,25%
Meta	Obter 65% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados dentro do prazo padrão.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Distribuição da Meta	60%	61%	62%	63%	64%	65%
Resultado	66,5%	61,6%	75,19%	63,33%	64,10%	71,3%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4

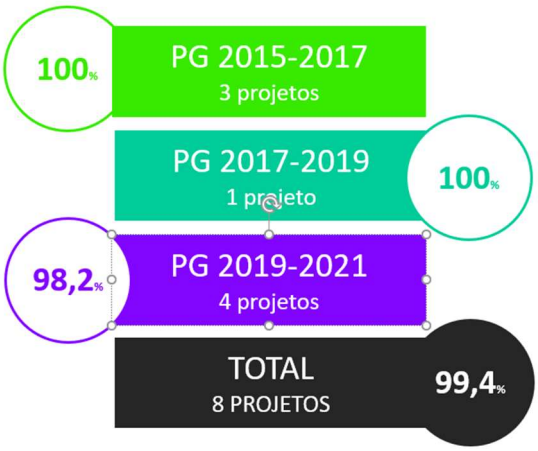
FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

PROCESSOS INTERNOS

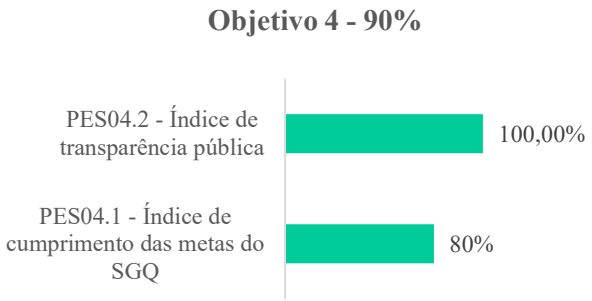
Descrição do Objetivo

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Planejamento integrado das eleições 2016	- Diminuir o risco de transtornos na realização das eleições. - Propiciar um processo transparente e eficaz na realização das eleições 2016	ASPEQ	100%
Ampliação da certificação do Tramite Processual Judicial - 1° e 2° Grau - TPJU		ASPEQ SJI CRE	100%
Avaliação das Eleições 2016		ASPEQ	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Planejar, realizar, gerenciar e avaliar as Eleições 2018, de forma integrada (Secretaria e Zonas Eleitorais).	Melhorar o gerenciamento de todas as fases de realização das eleições 2018, de forma a tornar o sistema PADLOG uma ferramenta ainda mais útil para executores e gestores. Para tanto, necessita-se de inclusão	ASPEQ / ASPLAN-DG e COSEL	100%

	da participação efetiva da Coordenadoria de Sistemas Eleitorais e Logística (COSEL), área com maior número de atividades/tarefas a serem gerenciadas.	

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Compilação de legislação aplicável ao processo eleitoral (Livro de Normas Eleitorais e Cartilhas Temáticas)	Elaboração do livro de normas eleitorais em obra compilada e cartilhas temáticas para o processo eleitoral.	SJI	100%
Painel de gestão das Eleições	Desenvolver painel de controle para gestão das Eleições, para acompanhamento detalhado e de forma automática (online) de todos os processos, custos, esforços e atividades que permeiam a eleição.	STI	95,1%
Plano de Combate à Desinformação	1. Combater a desinformação e regulamentar a gestão de crises. 2. Prevenir à confiabilidade, relacionada a confiabilidade das Urnas Eletrônicas. 3. Desenvolver maior confiabilidade do sistema eletrônico de votação.	ASCOM	100%
Eleições Municipais 2020	Planejar, executar e avaliar as Eleições Municipais 2020.	ASPEQ	97,66%

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 4.1:	Índice de cumprimento das metas do SGQ		
O que mede	A efetividade das metas do Sistema de Gestão da Qualidade.		
Pra que medir	Para avaliar a efetividade no cumprimento das metas do Sistema de Gestão da Qualidade.		
Quem mede	ASPEQ/DG		
Quando medir	Bianual		
Fonte	GPWeb		
Como medir	Quantidade de metas do SGQ com percentual de cumprimento igual ou superior a 96%, dividido pela quantidade de metas estabelecidas, multiplicado por 100.		
Linha de Base	2014: 82,22%		
Meta	Atingir o percentual global de 90% do cumprimento das metas estabelecidas no SGQ.		
Distribuição da Meta	2016	2018	2020

	90%	90%	90%
Resultado	95,2%	84,74%	72%

INDICADOR 4.2:	**Índice de transparência pública**		
O que mede	Avalia a transparência na divulgação das informações previstas na Resolução CNJ n. 215/2015 no sitio eletrônico do Tribunal.		
Pra que medir	Para acompanhar a divulgação das informações previstas na Resolução CNJ n. 215/2015.		
Quem mede	ASPLAN-DG		
Quando medir	Anualmente		
Fonte	Ranking da Transparência do Poder Judiciário instituído pelo CNJ		
Como medir	"Tabela de Avaliação e Pontuação das Informações veiculadas na internet" (Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015)		
Linha de Base	2018 – 64,96%		
Meta	Divulgar 80% das informações previstas na Res. CNJ n. 215/2015 que se aplicam à Justiça Eleitoral até 2020.		
Distribuição da Meta	2018	2019	2020
	-	70%	80%
Resultado	64,96%	90,16%	94,7%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 5

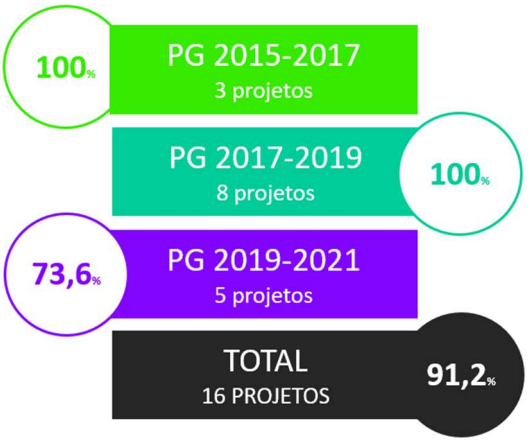
APERFEIÇAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

RECURSOS

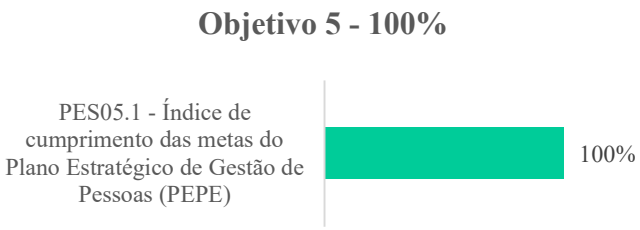
Descrição do Objetivo

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-TO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Ampliar e aprimorar as ações de capacitação	1. Intensificação do uso das Telessalas nas Capacitações dos Servidores lotados nos Cartórios Eleitorais. 2. Implantação do novo Programa de Ambientação para Colaboradores. 3. Socialização do Conhecimento (em Anos Eleitorais). 4. Plano Anual de Capacitação.	SGP	100%
Aprimoramento do Programa Valoriza	Fomentar o programa de reconhecimento dos servidores da Justiça Eleitoral do Tocantins	SGP	100%
Programa Qualidade de Vida	1. Reformulação do projeto "Visita às Zonas Eleitorais" 2. Semana da Saúde 3. Implantação do Calendário da Saúde do TRE-TO 4. Projeto: Semana Cultural 2017. 5. Pesquisa de Clima Organizacional	SGP	100%

	6. Projeto: Programa de Preparação para Aposentadoria 2016-2017. 7. Projeto: Ginástica Laboral. 8. Projeto: Sorriso Saudável 9. Projeto: Exames Médicos Periódicos		
Aproximar e integrar os servidores das Zonas Eleitorais à Secretaria	1. Reformulação do projeto "Visita às Zonas Eleitorais" 2. Evento de Integração 3. Contatos telefônicos mensais com as Zonas Eleitorais (SGP COM VOCÊ)	SGP	100%
Realização de Concurso Público	- Prover os cargos vagos no âmbito do TRE-TO e manter cadastro de reserva.	SGP	100%
Recadastramento de Servidores do TRE-TO	Atualizar os dados cadastrais dos servidores.	SGP	100%
Realização do 4º Ciclo Avaliativo do Programa de Gestão por Competências	- Utilização do sistema de gestão por competências para subsidiar o plano de capacitação e outras orientações de educação e desenvolvimento	SGP	100%
Alteração no regulamento que define o prazo de requisição dos servidores.	Alterar o normativo que regulamenta o prazo de requisição de colaboradores no âmbito dos Cartórios Eleitorais.	SGP	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Promover capacitação presencial de servidores dos Cartórios Eleitorais nas seguintes temáticas: - Primeiros socorros; - Direção defensiva; - Atendimento de Ouvidoria; - Outros temas serem definidos.	Aproximar a Secretaria do Tribunal dos Cartórios Eleitorais levando capacitação presencial em temáticas variadas de forma a despertar o sentimento de valorização do servidor e capacitando-os para: - torná-los aptos a ações de primeiros socorros; - condução de veículos oficiais de forma que se torne elemento ativo na alteração ou eliminação dos fatores que possam vir a causar acidentes; - preparar as equipes das Zonas Eleitoras para melhor atendimento ao eleitor nas Eleições 2018 (0686717).	SGP	100%
Aprimorar a gestão de assistência à saúde do TRE-TO	Aprimorar os serviços disponibilizados aos usuários, credenciados e a gestão das informações por meio de implantação de novas funcionalidades, garantindo a continuidade da prestação de serviços com equilíbrio financeiro.	SGP	100%

Implantar a gestão do perfil profissional	Disponibilizar aos servidores e gestores do Tribunal, em plataforma de rápido e fácil acesso, informações que contemplem a vida profissional deste servidor, auxiliando os gestores nas decisões estratégicas, especialmente naquelas que envolvam a força de trabalho.	SGP	100%
Ofertar Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública	Firmar convênio com Instituição de Ensino para oferta de Mestrado Profissional em Políticas de Gestão Pública aos servidores	SGP	100%
Instituir Programa de Seleção Interna para Cargos e Função	Prover cargos em comissão e funções de confianças mediante o atendimento a critérios previamente estabelecidos, orientados pelas necessidades do órgão, pelas competências exigidas pelo cargo ou função e pelo reconhecimento do mérito, promovendo, sempre que possível, processo seletivo transparente e acessível.	SGP	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Jornada Eleitoral	Capacitar servidores, magistrados e comunidade em geral em temas relacionados ao Direito Eleitoral.	EJE	93,47%
Modelo de avaliação de desempenho	Implementar piloto de avaliação de desempenho.	SGP	52,08%
Gestão do conhecimento por trilhas	Desenvolver e disponibilizar trilhas de conhecimento no ambiente EAD do TRE para os colaboradores do processo eleitoral, por área de atuação, mediante levantamento das atividades desenvolvidas por grupos de colaboradores no processo eleitoral, sob a ótica dos Cartórios Eleitorais.	SGP	100%
Gestão da força de trabalho	Determinar e acompanhar a capacidade produtiva das Unidades Organizacionais do Tribunal. Detectar o quantitativo estimado de pessoas para realizar	SGP	60,53%

	determinado conjunto de entregas por Unidade.		
Programa Qualidade de Vida	1. Desenvolver Programa de Saúde Biopsicossocial no Trabalho, referenciado pelo PROART. Promover ações empáticas, diretrizes e procedimentos voltados ao equilíbrio da saúde biopsicossocial dos trabalhadores, incentivando práticas organizacionais humanizadas na instituição em consonância com a missão do Judiciário. 2. Desenvolver Programa de Combate à Obesidade e ao Sedentarismo. 3. Realizar a Semana Cultural 4. Realizar o 4º Ciclo do Programa de Preparação para a Aposentadoria.	SGP	62,08%

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 5.1:	**Índice de cumprimento das metas do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (PEPE)**	
O que mede	Desempenho dos indicadores estratégicos em relação às metas estabelecidas.	
Pra que medir	Para avaliar a efetividade no cumprimento das metas do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.	
Quem mede	ASPLAN-SGP	
Quando medir	Quadrimestral	
Fonte	GPWeb	
Como medir	Média do percentual de cumprimento das metas válidas para o período de referência. Observação: Os indicadores sobrestados não comporão o resultado final.	
Linha de Base	2018 – 96,4%	
Meta	Atingir o percentual de 90% do cumprimento das metas estabelecidas para o PEPE até 2020.	
Distribuição da Meta	2019	2020
	85%	90%
Resultado	77,6%	94,23%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 6

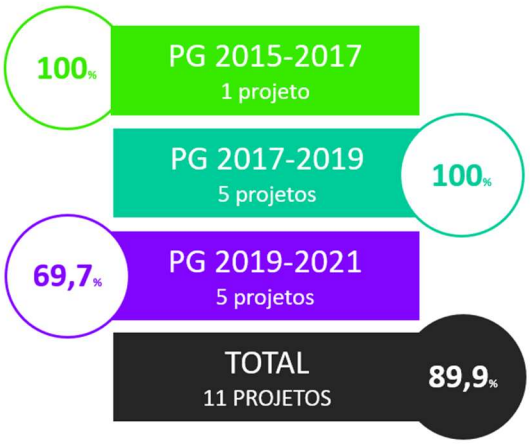
APERFEIÇAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

RECURSOS

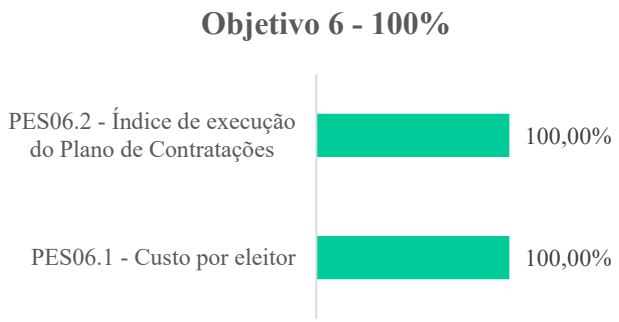
Descrição do Objetivo

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Plano de Logística Sustentável	- Buscar o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público e uso sustentável dos bens - Desenvolver ações de inserção de critérios ambientais nos procedimentos administrativos do Tribunal, visando à formação de um ambiente ecologicamente equilibrado. - Desenvolver ações de conscientização dos servidores e jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente.	Comissão Sustentabilidade	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Aprimorar o processo operacional da eleição	Melhorar a sistemática para a gestão de todos os recursos que são utilizados na	STI	100%

	Eleição, promovendo um uso otimizado dos mesmos.		
Implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica em pelo menos uma unidade.	Implementar soluções que tragam eficiência energética em pelo menos uma das seguintes unidades do Tribunal: Central de Urnas, Cartório Eleitoral de Araguaína, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Paranã, Goiatins ou Itacajá.	SADOR	100%
Automatizar o grupo gerador da sede mediante a instalação de sistema de rampa	Reduzir o consumo de energia elétrica no horário de ponta.	SADOR	CANCELADO
Implantar sistema de gestão de frota	Informatizar o controle de movimentação da frota (entrada e saída de veículos), de modo a tornarem mais efetivos os controles de localização dos veículos, identificação dos condutores e requisições de utilização de veículos.	SADOR	100%
Renovar a frota de veículos oficiais	Garantir infraestrutura apropriada para execução das atividades administrativas da Sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais, com a substituição dos veículos mais antigos, cujas despesas com manutenções são elevadas, por veículos novos.	SADOR	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Implantação de usina central de geração de energia fotovoltaica	Implementar soluções que tragam eficiência energética às edificações (Edifício sede, Central de Urnas ou Cartórios Eleitorais).	SADOR	38,54%
Programa de Logística Sustentável	Buscar o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público e uso sustentável dos bens, visando à formação de um ambiente ecologicamente equilibrado.	PLS	71,34%
Otimização do pagamento de auxílio-alimentação aos mesários e pessoal de apoio nas Eleições 2020	Expandir para todas as Zonas Eleitorais o pagamento de auxílio-alimentação aos mesários e pessoal de apoio por meio de carteira digital, com vistas a otimizar os trabalhos e resguardar a segurança dos servidores dos cartórios eleitorais.	SADOR	99,3%

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 6.1:	**Custo por Eleitor**	
O que mede	O custo por eleitor para realização das eleições	
Para que medir	Para avaliar a eficiência na realização do Processo Eleitoral.	
Quem mede	COFIN	
Quando medir	Bianualmente, em anos eleitorais	
Fonte	SIAFI e ELO	
Como medir	Total das despesas com as eleições (PLEITOS ELEITORAIS) dividido pelo número de eleitores.	
Linha de Base	2018 – R$ 11,94	
Meta	Atingir o valor do custo por eleitor de até R$ 10,94 nas Eleições 2020.	
Distribuição da Meta	2019	2020
	--	R$ 10,94
Resultado		R$ 7,90

INDICADOR 6.2:	**Índice de execução do Plano de Contratações**	
O que mede	Percentual de execução do plano de contratações.	
Pra que medir	Para avaliar a efetividade de cumprimento do plano de contratações.	
Quem mede	COMAP	
Quando medir	Quadrimestral	
Fonte	Plano Anual de Contratações – Processos de contratações	
Como medir	Quantidade de contratações previstas no plano de contratações dividida pela quantidade de contratações efetuadas, multiplicado por 100.	
Linha de Base	-	
Meta	Executar 80% das contratações previstas no Plano Anual de Contratações.	
Distribuição da Meta	2019	2020
	80%	80%
Resultado	94%	91%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7

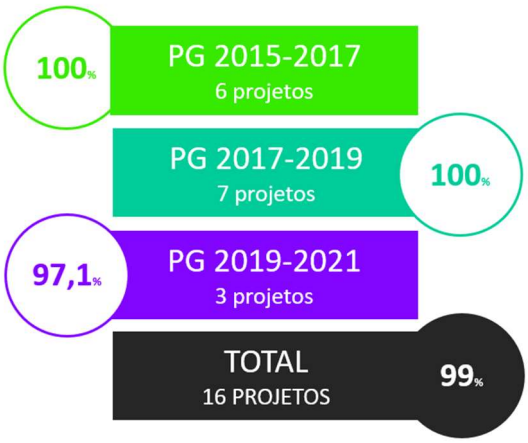
FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

RECURSOS

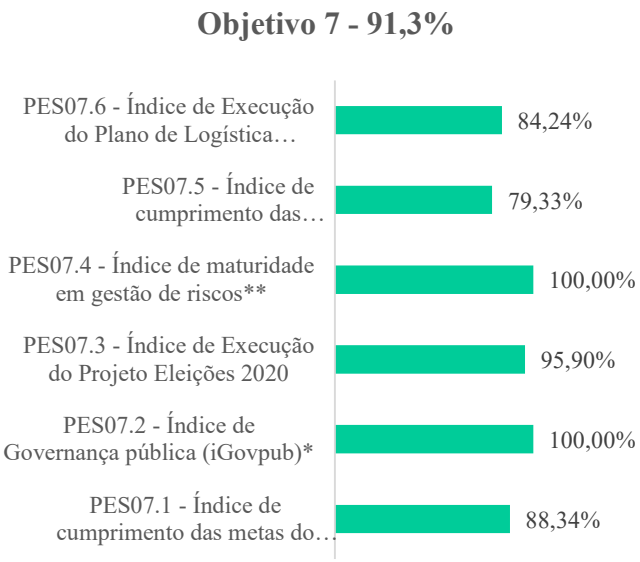
Descrição do Objetivo

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-TO, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, da gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

Resultado Programa de Gestão



% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Plano de comunicação institucional.	- Transmitir à sociedade mensagens institucionais de forma clara e rápida. - Aproximar o Judiciário do cidadão. - Melhorar a imagem institucional. - Estimular a comunicação interna do TRE-TO e Zonas Eleitorais. - Possibilitar que os projetos exitosos sejam replicados no âmbito do Judiciário.	ASCOM	100%
Criação do Manual de Procedimento Interno (MPI) em atividade da COEDE, COPES e COMED.	- Mapear e redesenhar três atividades que não integram o Sistema de Gestão da Qualidade, na metodologia da gestão de processos.	ASPEQ	100%
Revitalização do Escritório de Projetos	- Revigorar o Escritório de Projetos em conformidade com a Portaria 497/2011 do TRE-TO.	ASPLAN-DG	100%

Digitalização dos processos judiciais arquivados das Zonas Eleitorais	- Padronizar o método de arquivamento de processos - Agilizar o procedimento de consulta de processos arquivados. - Garantir a segurança e preservação dos documentos	SJI	100%
Implantação do sistema de identificação de patrimônios por Radio Frequência (RFID)	- Aperfeiçoar e facilitar o controle de ativos de TI e de Urnas Eletrônicas através do uso de tecnologia de Radio Frequência - Coibir perdas e furtos de bens do TRE-TO	STI	100%
Sistema Diárias 2.0	- Aperfeiçoar a emissão, controle, pagamento e comprovação das diárias dos servidores do TRE-TO, bem como adicionar o controle da emissão de passagens aéreas e diárias dos motoristas terceirizados.	STI	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Revisar o Plano de Comunicação Institucional	Promover uma aproximação ainda maior entre o Regional tocantinense e a sociedade, buscando garantir uma comunicação cada vez mais eficiente junto aos públicos externo e interno da Justiça Eleitoral.	ASCOM	100%
Recertificar a Gestão do Processo Eleitoral conforme a Norma NBR ISO 9001:2015.	Renovar a certificação da Qualidade obedecendo-se aos novos requisitos internacionalmente aceitos para a confirmação de serviços de qualidade, como forma de evidenciar para a sociedade a preocupação do TRE/TO em oferecer seus serviços com eficiência, foco no cidadão-usuário e demais partes interessadas.	ASPEQ	100%
Revisar o Plano de Logística Sustentável	Definir novas metas, ações, prazos de execução para os anos de 2018 a 2020, bem como revisar os indicadores e inserir novos, se for o caso, de forma que permita estabelecer e acompanhar a implementação das práticas de sustentabilidade e racionalização, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público, e ao desenvolvimento de uma nova cultura institucional.	NUGES	100%
Elaborar o livro de Normas Eleitorais e Partidárias 2018.	Compilar, revisar e atualizar a legislação relativa ao processo eleitoral de 2018, disponibilizada em formato impresso e digital, para o público interno e externo da Justiça Eleitoral do Tocantins.	SJI	100%

Confeccionar cartilhas temáticas para as eleições 2018.	Oferecer fonte de pesquisa e informação com temas selecionados e atualizados, em formato impresso e digital, com conteúdo objetivo e didático para o público interno e externo da Justiça Eleitoral do Tocantins.	SJI	100%
Instituir o sistema de governança do TRE-TO	Regulamentar o sistema de governança no âmbito deste Tribunal, estabelecendo mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitam avaliar, direcionar e monitorar adequadamente os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Tocantins.	DG	100%
Instituir Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.	O Planejamento Estratégico na área de gestão de pessoas é um caminho necessário para que o desenvolvimento do capital intelectual possa agregar valor ao órgão, aprimorando os serviços para o seu público interno e oferecendo uma prestação jurisdicional mais célere e de qualidade para a sociedade.	SGP	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Reformulação da Intranet	Reestruturar o layout da intranet para aprimorar o fluxo de informações e distribuição do conteúdo disponibilizado.	ASCOM	100%
Elaborar Planejamento Estratégico Institucional	Repensar a estratégia para o próximo ciclo (2021-2026), proporcionando a participação de todos os envolvidos.	ASPLAN-DG	100%
Programa de Gestão da Qualidade 2019-2021	1. Manter as certificações ISO 9001:2015 e Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE) do Sistema de Gestão da Qualidade. 2. Fomentar o cumprimento dos requisitos cobrados no Prêmio CNJ de Qualidade.	ASPEQ	91,02%

<u>Indicadores de Desempenho:</u>

INDICADOR 7.1:	**Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico Institucional (PETRE)**					
O que mede	Desempenho dos indicadores estratégicos em relação às metas estabelecidas.					
Pra que medir	Para avaliar a efetividade no cumprimento das metas do PETRE					
Quem mede	ASPLAN-DG					
Quando medir	Quadrimestral					
Fonte	GPWeb					
Como medir	Média do percentual de cumprimento das metas válidas para o período de referência. Observação: Os indicadores sobrestados não comporão o resultado final.					
Linha de Base	2016 -94,4%					
Meta	Atingir o percentual de 90% do cumprimento das metas estabelecidas para o PEPE até 2020.					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	-	-	-	85%	90%
Resultado	-	94,4%	86,5%	89,4%	87%	80,98%

INDICADOR 7.2:	**Índice de Governança pública (iGovpub)**			
O que mede	Índice de governa pública do TRE-TO conforme Levantamento de Governança e Gestão Pública do TCU (disponibilizado e/ou aplicado pelo TCU).			
Para que medir	Para acompanhar o grau de maturidade em governança pública da instituição.			
Quem mede	ASPLAN/DG			
Quando medir	Anualmente			
Fonte	Levantamento de Governança e Gestão Pública do TCU			
Como medir	Índice do iGovPub do TRE-TO no Levantamento de Governança e Gestão Pública do TCU Obs: Faixas de Classificação ● Aprimorado: 70 a 100% ● Intermediário: 40 a 69,9% ● Inicial: 15 a 39,9% ● Inexpressivo: 0 a 14,9%			
Linha de Base	2017 – 76% 2018 – 68%			
Meta	Alcançar o nível aprimorado de iGovpub no Levantamento de Governança e Gestão Pública do TCU			
Distribuição da Meta	2017	2018	2019	2020
	-	-	Aprimorado (>70%)	Aprimorado (>70%)
Resultado	Intermediário (66%)	Intermediário (68%)	69,3%	85%

INDICADOR 7.3:	**Índice de Execução do Projeto Eleições 2020**
O que mede	A execução do planejamento das eleições

Para que medir	A execução do processo de realização das eleições nas fases de planejamento, execução e avaliação	
Quem mede	ASPEQ	
Quando medir	Quadrimestral	
Fonte	GPWEB	
Como medir	Total de Fases (Atividades/Tarefas) Executadas (TFE) constante no Projeto para Eleições dividido pelo Total Fases (Atividades/Tarefas) Planejadas (TFP) multiplicado por 100. TFE/TFP x 100 = Resultado	
Linha de Base	--	--
Meta	Executar 100% das ações previstas no planejamento das eleições até 2020.	
Distribuição da Meta	2019	2020
	40%	100%
Resultado	12,68%	95,9%

INDICADOR 7.4: Índice de maturidade em gestão de riscos

O que mede	O nível de maturidade do TRE-TO em gestão de riscos com base no Questionário disponibilizado/aplicado pelo TCU - Levantamento Integrado de Governança e Gestão.					
Para que medir	Utilizar os resultados da avaliação para subsidiar a Administração nas tomadas de decisão para impulsionar seus processos de fortalecimento da gestão de riscos					
Quem mede	CCIA					
Quando medir	Anual					
Fonte	Questionário TCU ou adaptação da CCIA.					
Como medir	Somatório do resultado questões relacionadas a riscos/pontuação máxima possível, multiplicado por 100.					
Linha de Base	ND					
Meta	Atingir o nível de maturidade intermediário (40 a 70%), até 2020.					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	Sem medição	Sem medição	Sem medição	Sem medição	Intermediário	Intermediário
Resultado					49,76%	49,76%

INDICADOR 7.5: Índice de cumprimento das recomendações expedidas pela CCIA

O que mede	O cumprimento das recomendações de auditoria aprovadas pela Presidência.
Para que medir	Avaliar a atuação das unidades quanto atendimento das recomendações de auditoria acolhidas pela Presidência.
Quem mede	Coordenadoria de Controle Interno - CCIA
Quando medir	Semestral (nos meses de março e setembro)
Fonte	Relatórios de monitoramentos das auditorias.
Como medir	Quantidade de recomendações cumpridas dentro do período de apuração (data constante no Plano de Ação inicial), dividido pela quantidade de recomendações com vencimento no período de apuração, multiplicado por 100.
Linha de Base	2017 – 62,5%

Meta	Implementar, dentro do prazo estabelecido, 90% das recomendações de auditoria					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	60%	70%	80%	90%	90%	90%
Resultado	60,8%	87,3%	62,50 %	Sobrestado	55,56%	71,4%

INDICADOR 7.6:	**Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável (PLS)**					
O que mede	O percentual de ações realizadas dentro do prazo previsto no Plano de Logística Sustentável (PLS).					
Pra que medir	Para avaliar a execução das ações do PLS do TRE-TO.					
Quem mede	NUGES					
Quando medir	Quadrimestral					
Fonte	Relatório de execução e monitoramento do PLS.					
Como medir	Quantidade de Ações Realizadas dentro do Prazo Previsto para o período dividido pelo Total de Ações Planejadas para o Período, multiplicado por 100.					
Linha de Base	ND					
Meta	Atingir 85% do cumprimento das ações do PLS, até 2020.					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	30%	70%	80%	82%	84%	85%
Resultado	66%	76%	88,3%	79,5%	62%	71,6%

OBJETIVO ESTRATÉGICO 8

APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TIC

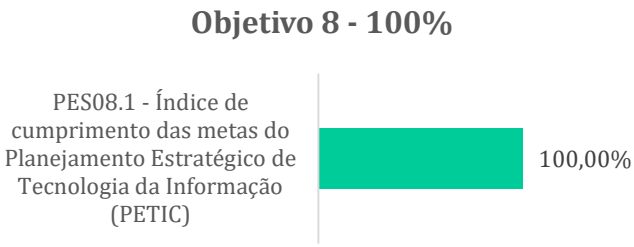
RECURSOS

Descrição do Objetivo

Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Resultado Programa de Gestão

% de cumprimento das metas em 2020



PROGRAMA DE GESTÃO 2/2015 – 1/2017

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Integração do SEI	Otimizar a utilização dos sistemas administrativos no âmbito do TRE-TO.	STI	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2017 – 1/2019

Inciativa/Projeto	Finalidade/Resumo	Unidade	% Execução
Implementar os módulos administrativos no SEI: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação.	Implementar os módulos administrativos diretamente no SEI, módulos previstos para esta Gestão: Diárias e Passagens, terceirizados, métricas PLS e Portal da Licitação.	STI	100%
Atualizar a infraestrutura do Data Center Corporativo do Tribunal	Garantir infraestrutura tecnológica apropriada para execução das atividades do Tribunal, objetivando o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.	STI	100%

PROGRAMA DE GESTÃO 2/2019 – 1/2021

*Atualizada em 12/2020. O prazo para execução total desses projetos finda em junho/2021.

A STI está envolvida diretamente e indiretamente e vários projetos que atendem os outros objetivos.

Indicadores de Desempenho:

INDICADOR 8.1:	**Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC)**					
O que mede	Desempenho dos indicadores estratégicos em relação às metas estabelecidas.					
Pra que medir	Para avaliar a efetividade no cumprimento das metas do PETIC					
Quem mede	STI					
Quando medir	Quadrimestral					
Fonte	GPWeb					
Como medir	Média do percentual de cumprimento das metas válidas para o período de referência. Observação: Os indicadores sobrestados não comporão o resultado final.					
Linha de Base	-					
Meta	Atingir o percentual de 90% do cumprimento das metas estabelecidas para o PETIC até 2020.					
Distribuição da Meta	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	65%	67%	70%	75%	80%	85%
Resultado	20%	87,5%	100%	88,89%	95,55%	91,5%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Planejamento Estratégico subsidiou a Administração no cumprimento de sua missão institucional, consolidando e aprimorando o papel desempenhado pela Justiça Eleitoral no Estado do Tocantins.

Todos as unidades e servidores foram envolvidos no processo que garantiu um resultado tão expressivo para um órgão público.